

Oitocentos contos ^{13/2/82} de multa ao comandante do pesqueiro apresado

Uma multa de oitocentos mil meticais em moeda de conver. são livre. foi a sentença aplicada ontem pelo Tribunal Marítimo da República Popular de Moçambique a Willy Hansen, capitão do barco pesqueiro «Hawk DNA 19» de nacionalidade sul-africana, por ter sido provada a infracção de pesca ilegal em «águas jurisdicionais» do nosso País.

Nos termos da sentença, a embarcação não está sujeita à confiscação devendo o réu providenciar o pagamento da multa arbitrada no prazo de vinte dias. Enquanto isso não acontecer o barco estará sob tutela das nossas autoridades marítimas, como garantia do cumprimento da pena.

Aquela instância jurídica provou que «a embarcação Hawk DNA 19, registada no porto de Durban, propriedade do réu, capitão W. Hansen, foi interceptada pelas nossas forças da Marinha de Guerra localizada a 26 graus, 36 minutos e 44 décimos de latitude; na longitude de 32 graus, 56 minutos e seis décimos; a uma distância de 1,6 milhas da costa moçambicana, próximo da ponta Doubela».

Conforme ainda consta na acta da sentença, Hansen reconheceu perante o tribunal, ter pescado nas águas jurisdicionais do nosso país, momentos antes de a sua embarcação ter sido abordada pelas forças moçambicanas da fiscalização.

Outros membros da tripulação, no seu depoimento, revelaram que a 7 de Fevereiro corrente o seu barco estava envolvido em actividades piscatórias

na área de Závora, território moçambicano. Nos livros de registo do capitão da DNA 19 foi provado que é frequente a navegação ilegal, do barco, em águas territoriais do nosso país, nomeadamente nas áreas da Ponta do Ouro, Monte Bela e Boa Paz.

COMPORTAMENTO EXEMPLAR

O comportamento exemplar demonstrado por Hansen, a partir da altura em que a sua embarcação foi interceptada pelas nossas forças, foi considerado um factor atenuante, bem como o facto de não ter exercido actividades nocivas à pesca dentro do nosso território e de não ser renitente.

Abordado pela informação sobre o seu julgamento, Hansen afirmou estar bastante satisfeito pela forma como o mesmo decorreu, acrescentando que concorda com a decisão do tribunal.

Manifestou também a sua satisfação pelo tratamento «excelente» a que foi alvo, por parte das nossas autoridades, desde o momento em que a embarcação DNA 19 foi interceptada até ao fim do julgamento.

Pelo julgamento não foi exigido o pagamento de custos judiciais.